



REBELIÕES CONTRA A INDEPENDÊNCIA E O RECONHECIMENTO EXTERNO

O processo de independência brasileiro, apesar de aparentemente pacífico, foi marcado por diversas revoltas na Bahia, Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Cisplatina. O governo responde ofensivamente a estes movimentos, sobretudo contra estrangeiros – em sua maioria portugueses –, milícias e populares. Os agentes de repressão foram, principalmente, mercenários ingleses – liderados pelo Lord Cochrane e John Grenfell –, o que desencadeou desde já em um endividamento do Império brasileiro.

Os países latinos, da antiga América Espanhola, em um primeiro momento não reconheceram a emancipação e a estrutura monárquica brasileira. Entretanto, deste mesmo continente, em maio de 1824, os Estados Unidos emergem como o primeiro a reconhecer a independência perante Portugal. Já este país, reconheceu no ano seguinte, em 1825, através do intermédio inglês, ao acordar o estabelecimento de uma tarifa alfandegária especial somado ao pagamento compensatório de 2 milhões de libras esterlinas – emprestados também pela Inglaterra. Logo, desde seus primeiros anos, a nação brasileira avolumava endividamentos externos.

SIMBOLISMO

Durante as primeiras décadas do século XIX, o continente americano via-se imerso em uma série de movimentos emancipacionistas, que desencadearam na instauração de regimes republicanos. Entretanto, o Brasil optou pelo regime monárquico, governado por um português, D. Pedro I. Cabe refletir acerca das principais razões para tal, compreendida sobretudo em uma tentativa de evitar o desmembramento territorial, além da manutenção do status quo de parte da elite brasileira – educada em Coimbra e nos moldes da realeza europeia. Cria-se então o Estado monárquico como portador de um projeto de nacionalidade, cuja base territorial é um dos principais símbolos de riqueza.



Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/7/7e/>

QUESTÕES POLÍTICAS

A partir da opção pelo modelo de monarquia constitucional, foi necessária a instauração de uma Assembleia Constituinte em 1823. Em um primeiro momento, venceu o projeto do grupo Coimbrão, de viés conservador e liderado por José Bonifácio e pelos Andradas. Porém, esta Assembleia também foi palco simbólico das cisões pós independência de grupos políticos, representados principalmente pelo Partido Português, Partido Brasileiro e os Bonifácios.

Produz-se o projeto conhecido como Mandioca, que pautava o seguinte ideário:

- Monarquia representativa hereditária
- 3 poderes independentes (Executivo, Legislativo e Judiciário)
- Senado vitalício
- Câmara dos Deputados (Assembleia Geral) – não podia ser dissolvida pelo Imperador
- Voto censitário (valor referencial: alqueire de mandioca)
- Proibição de estrangeiros em cargos públicos
- Maior poder para o Legislativo

No entanto, o projeto foi marcado por uma série de problemas políticos. Pedro I, apoiado pelo Partido Português, se coloca contrário às elites brasileiras, sob a alegação que queriam reduzi-lo a um Imperador fantoche, isto é, com poder extremamente limitado. Por esta razão, em 12 de novembro de 1823 é deflagrada a Noite da Agonia, que culminou na dissolução da Assembleia Constituinte, além da prisão de deputados e desterro dos Andradas.

Logo, o imperador D. Pedro I, reunido com 10 políticos de sua confiança, outorga a **Constituição de 1824**, que apresentava as seguintes características:

- Monarquia hereditária e vitalícia
- 4 poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador)
- Voto censitário (valor referencial: renda anual) e descoberto
- Eleições indiretas e em dois turnos (1º turno: escolha de eleitores na proporção de 1 para 100 domicílios; 2º turno: elegiam-se os deputados e senadores. Estes últimos em listas triplíceis, onde o imperador escolhia o candidato de sua preferência).
- Centralização do poder
- Catolicismo como religião oficial (Domínio do Estado sobre a Igreja: Padrado e Benefício)
- Liberdade religiosa em âmbito privado



Disponível em: <https://encrypted-tbn0.gstatic.com/ages?q=tbn%3AAND9GcRss3xyT16iEedmoTjOD4xawYU9uqzxdXwFWhqDA6xCPfISijV>

A ESCRAVIDÃO E A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO

Desde o princípio do governo imperial, havia uma orientação de Bonifácio – figura contrária ao continuísmo do tráfico negreiro – que visava o fim gradual do tráfico negreiro. Inclusive, o artigo 254 da Constituição de 1824 previa sua extinção a médio prazo.

Entre 1826 e 1827 havia a orientação de reconhecimento dos navios negreiros como piratas, originando o que popularmente ficou conhecido como lei para inglês ver. Já a partir de 1826 a 1830, a possibilidade real do tráfico, aumentou seu número de 40 mil escravos anuais existentes no início desta década para 60 mil. Nota-se uma política de abolição gradual concomitante ao aparelhamento do Estado para manutenção do sistema escravista.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (1824)

Este movimento de cunho republicano e separatista eclodiu em Pernambuco pelas seguintes razões:

- Imposição da Constituição de 1824
- Criação do Poder Moderador
- Dissolução da Assembleia Constituinte na Noite da Agonia
- Lembranças da Revolução Pernambucana (1817)
- Questões econômicas, relativas à crise açucareira e algodoeira
- Influência de ideais liberais, republicanos e federativos

O desenvolvimento deste movimento se deu a partir de jornais como o *Tifis Pernambucano* de Frei Caneca e *A Sentinela* de Cipriano Barata, que se constituíram como importantes críticos da situação política e social da região. Para agravar a situação, D. Pedro I nomeia um novo governador para Pernambuco: Francisco de Pais Barreto, contrariando a vontade da maioria dos eleitores: Manuel Pais de Andrade. Eclode então no dia 02 de julho de 1824 a Confederação do Equador, lideradas pelos nomes destacados acima.

O movimento tinha como propostas principais:

- República Federativa – *baseado principalmente na experiência dos Estados Unidos*
- Supremacia do poder Legislativo
- Constituição baseada no modelo da Colômbia
- Abolição do tráfico de escravos – *medida que rompe com os anseios aristocráticos*
- Enviar emissários para outros estados próximos
- Brigadas populares.

Para reprimir o movimento, mais uma vez, foram contratados os mercenários Ingleses, que agiram em conjunto com as tropas do governo. Logo, a Confederação do Equador foi amplamente reprimida, desencadeando na execução, punição e fuga de suas principais lideranças

QUESTÃO DA CISPLATINA

Em 19 de abril de 1825, Juan Antônio Lavalleja iniciou o movimento que visava libertar esta região, que historicamente desencadeou conflitos anteriormente entre Espanha e Portugal, e nesta conjuntura, entre Argentina e Brasil. Com intermédio inglês, a solução encontrada para resolver este impasse foi o surgimento de um Estado independente, a partir da criação da República Oriental do Uruguai em 28 de agosto de 1825. Vale destacar que a perda desta região e esta resolução trouxe grandes prejuízos aos cofres brasileiros.

SUCESSÃO DO TRONO PORTUGUÊS

Em 10 de março de 1826, o rei de Portugal, D. João VI, morre. Seu filho, D. Pedro I, abdica de seus direitos do trono português em favor de sua filha D. Maria da Glória, que na época tinha apenas 7 anos, sob a regência de seu irmão, D. Miguel. Entretanto, ele instaura um golpe de Estado, retirando a sobrinha e intitulado-se como o novo rei de Portugal. Este fato levou D. Pedro I a entrar em guerra com seu irmão, aumentando os gastos brasileiros com o conflito, desencadeando mais críticas a seu governo.

CRISE ECONÔMICA

Além da crise política e dos altos gastos do imperador, outra questão era a grande concorrência internacional que o açúcar e o algodão enfrentavam. Os tratados que privilegiavam a Inglaterra eram extremamente prejudiciais a realidade brasileira. Somado a estes pontos, havia também os gastos adquiridos com o reconhecimento da Independência brasileira, a falência do Banco do Brasil, os inúmeros empréstimos adquiridos com a Inglaterra, o aumento da inflação e os gastos para sufocar a Confederação do Equador (1824).

CRISE DO IMPÉRIO

Como é possível perceber, o breve governo de D. Pedro I enfrentava uma grave crise, agravada com o assassinato do jornalista e membro do Partido Brasileiro: Líbero Badaró. Por ser grande crítico ao imperador e sua maneira de conduzir a política brasileira, a morte de Badaró gerou grande comoção nacional, levando a questionamentos ao Império das causas desta morte. Visando apaziguar as ações de diversos setores do país, o imperador resolveu fazer visitas diplomáticas a determinadas províncias. No entanto, ao chegar em Minas Gerais foi pessimamente recebido pela oposição, com vaias e gritos do nome de Líbero Badaró. No retorno a capital, D. Pedro I foi recebido com festa pelo Partido Português, o que levou ao choque com membros do Brasileiro, gerando a conhecida Noite das Garrafadas em 13 de março de 1831.

Mais uma vez, objetivando acalmar a situação, o imperador nomeia um ministério somente com brasileiros, mas com a permanências das inúmeras tensões, demite-os e nomeia ministros portugueses, desencadeando protestos e motins.

Não encontrando saída e estabilidade para manter seu governo, e com receio de perder o trono e em consequentemente desencadear no fim de sua dinastia no Brasil, **D. Pedro I abdica do trono em 7 de abril de 1831** a favor de seu filho, Pedro de Alcântara. Entretanto, como "Pedrinho" tinha apenas 5 anos de idade, instaura-se uma regência no Brasil.



EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (ENEM) É hoje a nossa festa nacional. O Brasil inteiro, da capital do Império a mais remota e insignificante de suas aldeolas, congrega-se unânime para comemorar o dia que o tirou dentre as nações dependentes para colocá-lo entre as nações soberanas, e entregou-lhe os seus destinos, que até então haviam ficado a cargo de um povo estranho.

(Gazeta de Notícias, 7 set. 1883.)

As festividades em torno da Independência do Brasil marcam o nosso calendário desde os anos imediatamente posteriores ao 7 de setembro de 1822. Essa comemoração está diretamente relacionada com

- a) a construção e manutenção de símbolos para a formação de uma identidade nacional.

- b) o domínio da elite brasileira sobre os principais cargos políticos, que se efetivou logo após 1822.
- c) os interesses de senhores de terras que, após a Independência, exigiram a abolição da escravidão.
- d) o apoio popular às medidas tomadas pelo governo imperial para a expulsão de estrangeiros do país.
- e) a consciência da população sobre os seus direitos adquiridos posteriormente à transferência da Corte para o Rio de Janeiro.

02. (ENEM) É simplesmente espantoso que esses núcleos tão desiguais e tão diferentes se tenham mantido aglutinados numa só nação. Durante o período colonial, cada um deles teve relação direta com a metrópole. Ocorreu o extraordinário, fizemos um povo-nação, englobando todas aquelas províncias ecológicas numa só entidade cívica e política todas aquelas províncias ecológicas numa só entidade cívica e política.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

Após a conquista da autonomia, a questão primordial do Brasil residia em como garantir sua unidade político-territorial diante das características e práticas herdadas da colonização. Relacionando o projeto de independência à construção do Estado nacional brasileiro, a sua particularidade decorreu da

- a) ordenação de um pacto que reconheceu os direitos políticos aos homens, independentemente de cor, sexo ou religião.
- b) estruturação de uma sociedade que adotou os privilégios de nascimento como critério de hierarquização social.
- c) realização de acordos entre as elites regionais, que evitou confrontos armados contrários ao projeto luso-brasileiro.
- d) concessão da autonomia política regional, que atendeu aos interesses socioeconômicos dos grandes proprietários.
- e) afirmação de um regime constitucional monárquico que garantiu a ordem associada à permanência da escravidão.

03. (ENEM) Constituição de 1824:

"Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador [...] para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais poderes políticos [...] dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado."

Frei Caneca:

"O Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele, o imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo de seus direitos o Senado, que é o representante dos apaniguados do imperador."

(Voto sobre o juramento do projeto de Constituição)

Para Frei Caneca, o Poder Moderador definido pela Constituição outorgada pelo Imperador em 1824 era:

- a) Adequado ao funcionamento de uma monarquia constitucional, pois os senadores eram escolhidos pelo Imperador.
- b) Eficaz e responsável pela liberdade dos povos, porque garantia a representação da sociedade nas duas esferas do poder legislativo.
- c) Arbitrário, porque permitia ao Imperador dissolver a Câmara dos Deputados, o poder representativo da sociedade.
- d) Neutro e fraco, especialmente nos momentos de crise, pois era incapaz de controlar os deputados representantes da Nação.
- e) Capaz de responder às exigências políticas da nação, pois supria as deficiências da representação política.

04. (ENEM) Após o retorno de uma viagem a Minas Gerais, onde Pedro I fora recebido com grande frieza, seus partidários prepararam uma série de manifestações a favor do imperador no Rio de Janeiro, armando fogueiras e luminárias na cidade. Contudo, na noite de 11 de março, tiveram início os conflitos que ficaram conhecidos como a Noite das Garrafadas, durante os quais os "brasileiros" apagavam as fogueiras "portuguesas" e atacavam as casas iluminadas, sendo respondidos com cacos de garrafas jogadas das janelas.

(VAINFAS, R. (Org.). Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008 (adaptado).)

Os anos finais do I Reinado (1822–1831) se caracterizaram pelo aumento da tensão política. Nesse sentido, a análise dos episódios descritos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro revela

- a) estímulos ao racismo.
- b) apoio ao xenofobismo.
- c) críticas ao federalismo.
- d) repúdio ao republicanismo.
- e) questionamentos ao autoritarismo.

05. (FUVEST) Podemos afirmar que tanto na Revolução Pernambucana de 1817, quanto na Confederação do Equador de 1824,

- a) O descontentamento com as barreiras econômicas vigentes foi decisivo para a eclosão dos movimentos.
- b) Os proprietários rurais e os comerciantes monopolistas estavam entre as principais lideranças dos movimentos.
- c) A proposta de uma república era acompanhada de um forte sentimento anti-lusitano.
- d) A abolição imediata da escravidão constituía-se numa de suas principais bandeiras.
- e) A luta armada ficou restrita ao espaço urbano de Recife, não se espalhando pelo interior.

06. (ENEM) Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais:

I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais não se compreendam os casados, e Oficiais Militares, que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados e Clérigos de Ordens Sacras.

IV. Os Religiosos, e quaisquer que vivam em Comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

(Constituição Política do Império do Brasil (1824). Disponível em: <<https://legislacao.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2010 (adaptado).)

A legislação espelha os conflitos políticos e sociais do contexto histórico de sua formulação. A Constituição de 1824 regulamentou o direito de voto dos "cidadãos brasileiros" com o objetivo de garantir

- a) o fim da inspiração liberal sobre a estrutura política brasileira.
- b) a ampliação do direito de voto para maioria dos brasileiros nascidos livres.
- c) a concentração de poderes na região produtora de café, o Sudeste brasileiro.
- d) o controle do poder político nas mãos dos grandes proprietários e comerciantes.
- e) a diminuição da interferência da Igreja Católica nas decisões político-administrativas.

07. (ENEM) Eleições, no Império, eram um acontecimento muito especial. Nesses dias o mais modesto cidadão vestia sua melhor roupa, ou a menos surrada, e exibia até sapatos, peças do vestuário tão valorizadas entre aqueles que pouco tinham. Em contraste com essa maioria, vestimentas de gala de autoridades civis,

militares e eclesiásticas — tudo do bom e do melhor compunha a indumentária de quem era mais que um cidadão qualquer e queria exibir em público essa sua privilegiada condição.

(CAVANI, S. Às urnas, cidadãos! In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, nº 26, nov. 2007.)

No Brasil do século XIX, a noção de cidadania estava vinculada à participação nos processos eleitorais.

As eleições revelavam um tipo de cidadania carente da igualdade jurídica defendida nesse mesmo período por muitos movimentos europeus herdeiros do Iluminismo devido à

- exclusão dos analfabetos, que impedia a maioria da população de participar das eleições.
- raridade das eleições, que criava apenas a ilusão de participação entre os cidadãos.
- vigência da Constituição do Império, que definia como cidadãos apenas aqueles que eram eleitos.
- presença do Poder Moderador, que significava, na prática, a inutilidade das eleições legislativas.
- existência do voto censitário, que reafirmava as hierarquias sociais.

08. (ENEM) As imagens reproduzem quadros de D. João VI e de seu filho D. Pedro I nos respectivos papéis de monarcas. A arte do retrato foi amplamente utilizada pela nobreza ocidental, com objetivos de representação política e de promoção social. No caso dos reis, essa era uma forma de se fazer presente em várias partes do reino e, sobretudo, de se mostrar em majestade.



Jean Baptiste Debret. Retrato de D. João VI, 1817, majestático. Gravura sobre metal feita por Urbain Massard, Acervo do Museu de Belas Artes/IPHAN/MINC. Rio de Janeiro.



Henrique José da Silva. Retrato do Imperador em traje de óleo s/tela, 060 x 0,42 cm. Acervo do Museu Imperial.

(Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 17 dez. 2008.)

A comparação das imagens permite concluir que:

- As obras apresentam substantivas diferenças no que diz respeito à representação do poder.
- O quadro de D. João VI é mais suntuoso, porque retrata um monarca europeu típico do século XIX.
- Os quadros dos monarcas têm baixo impacto promocional, uma vez que não estão usando a coroa, nem ocupam o trono.
- A arte dos retratos, no Brasil do século XIX, era monopólio de pintores franceses, como Debret.
- O fato de pai e filho aparecerem pintados de forma semelhante sublinha o caráter de continuidade dinástica, aspecto político essencial ao exercício do poder régio.

09. (ENEM) "Após a Independência, integramo-nos como exportadores de produtos primários à divisão internacional do trabalho, estruturada ao redor da Grã-Bretanha. O Brasil especializou-se na produção, com braço escravo importado da

África, de plantas tropicais para a Europa e a América do Norte. Isso atrasou o desenvolvimento de nossa economia por pelo menos uns oitenta anos. Éramos um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado por depender de produtores cativos. Não se poderia confiar a trabalhadores forçados outros instrumentos de produção que os mais toscos e baratos. O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida "civilizado", marca que distinguia as classes cultas e "naturalmente" dominantes do povaréu primitivo e miserável. [...] E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infraestrutura de serviços urbanos, de energia, transportes e comunicações."

(Paul Singer. Evolução da economia e vinculação internacional. In: I. Sachs; J. Willheim; P. S. Pinheiro (Orgs.). Brasil: um século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 80.)

Levando-se em consideração as afirmações acima, relativas à estrutura econômica do Brasil por ocasião da independência política (1822), é correto afirmar que o país:

- Se industrializou rapidamente devido ao desenvolvimento alcançado no período colonial.
- Extinguiu a produção colonial baseada na escravidão e fundamentou a produção no trabalho livre.
- Se tornou dependente da economia europeia por realizar tardiamente sua industrialização em relação a outros países.
- Se tornou dependente do capital estrangeiro, que foi introduzido no país sem trazer ganhos para a infraestrutura de serviços urbanos.
- Teve sua industrialização estimulada pela Grã-Bretanha, que investiu capitais em vários setores produtivos.

10. (MACKENZIE) "No ano de sua independência, o Brasil tinha [...] tudo para dar errado. De cada três brasileiros, dois eram escravos, negros forros, mulatos, índios ou mestiços. Era uma população pobre e carente [...]. O medo de uma rebelião dos cativos assombrava a minoria branca. O analfabetismo era geral. [...] Os ricos eram poucos e, com raras exceções, ignorantes. O isolamento e as rivalidades entre as províncias prenunciavam uma guerra civil [...]."

1822, de Laurentino Gomes.

É correto afirmar que a independência do Brasil só não confirmou os temores apresentados no trecho,

- porque ao defender a revolução popular de inspiração camponesa, inspirou legisladores como José Bonifácio e Joaquim Nabuco a defenderem a emancipação completa em relação a Portugal.
- porque o povo conseguiu entender os anseios de D. Pedro e da elite brasileira, ao pegar em armas e defender até a morte uma independência que parecia condenada em sua própria estrutura.
- porque foi realizada à revelia da população pobre – destacadamente de origem africana e indígena – uma vez que suas simpatias pela Revolução Americana ameaçavam os poderes da elite branca.
- porque parcelas significativas da elite brasileira se aglutinaram em torno de D. Pedro, a fim de manter as antigas bases de um Brasil colonial na estrutura do novo país que nascia em 1822.
- porque foi inspirada pela Revolução Francesa e pelas ideias iluministas, no contexto da crise do Antigo Sistema Colonial, sendo liderada pela elite burguesa contra a tirania representada por D. Pedro.

GABARITO

▶ EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. A	03. C	05. C	07. E	09. C
02. E	04. E	06. D	08. E	10. D